

Os guaranis e os contatos interétnicos: contexto histórico-cultural

Vanderlise Machado Barão*

Resumo

Durante o processo de guerra de conquista ocorrido no território rio-grandense, assim como em todo Brasil, culturas distintas colocaram-se em contato direto: os povos autóctones da região e os europeus que vinham tomar os territórios para colonizar. Esse contato gerou transformações nas estruturas culturais de ambas as partes. O europeu chegou implantando novas noções de dominação, já que, promotor da conquista, impunha sua cultura e identidade como superiores às culturas e representações locais, sendo essas marginalizadas e segregadas. Porém, vê-se que os indígenas não se renderam totalmente ao processo de conquista e mantiveram, dentro do possível, o seu controle cultural e identitário, chegando aos nossos dias se identificando e agindo dentro de seus padrões culturais e étnicos.

Palavras-chave: Etnicidade. Guarani. Região platina.

A conquista das terras hoje conhecidas como continente americano deu-se de forma intermitente e sob pressão, tanto dos povos europeus, que encontraram um “novo mundo” e novas formas de organização social, como para os povos autóctones deste pedaço de chão, que se depararam com um novo modelo social, cultural e econômico, o qual os englobou e absorveu em suas teias ao longo de todo o processo de conquista e implantação das nações americanas.

Esse processo foi lento e gradual, deixando marcas em ambos os lados, e, embora tenha havido um esforço por parte dos conquistadores para que esta terra se aproximasse cada vez mais de um modelo europeu de civilização, a cultura daqueles que aqui já viviam manteve-se, mesclada a novos hábitos e ressignificada em novas

* Mestre em História Ibero-Americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Arqueóloga associada à Associação Riograndense de Proteção ao Patrimônio Arqueológico (Arppa). E-mail: vandermbya@yahoo.com.br

histórias e mitos, no entanto presente e fortalecida, até os dias atuais na maneira de viver dos povos indígenas que permanecem ainda hoje vivendo na terra de seus ancestrais e que chamamos América.

Antes de nos aprofundarmos na temática central deste artigo – a resistência indígena nos contatos interétnicos – creio ser importante situar o conceito de etnicidade e, principalmente, pensar no que significa grupo étnico numa sociedade tradicional que sofreu o processo de conquista. Como pensar a relação criada nessa conjuntura entre o “nós” e os “outros” quando o dominador é quem está em posição vantajosa por mais de quinhentos anos? Como manter uma identidade étnica verdadeira, ou seja, ligada aos símbolos do passado comum, quando é incentivada a desagregação cultural dos grupos dominados?

Manuela Carneiro da Cunha¹ nos aponta que a identidade étnica muitas vezes passa a ser reforçada a partir de infortúnios, ou seja, as diásporas de populações ou as tentativas de aculturação ou catequização de grupos culturais distintos, como as que foram implantadas no processo de conquista do continente americano, geram um fortalecimento da identidade étnica como forma de resistência ao elemento dominador, de forma que essa identidade se manifesta como um ato político, gerando organizações eficientes de resistência e conquista de espaços.

É sabido que os grupos indígenas do Brasil, mesmo sofrendo a pressão europeia para que abandonassem seus costumes e se incorporassem aos hábitos ocidentais, continuavam a sustentar seu modo de

vida, mesmo que clandestinamente, pela manutenção da língua, de rituais, de mitos que eram transmitidos aos descendentes.

Devemos também atentar aos conceitos trazidos por Darcy Ribeiro sobre os “povos testemunhos”,² já que contribuiu em muito para a construção de uma identidade indígena dentro do Brasil. Embora discorde em parte da visão deste autor, que julga ser este um modelo extrabrasileiro, vejo como interessante a configuração que faz para os povos indígenas americanos. Entendo que esses povos sofreram como um todo o processo de conquista e colonização europeia, mesmo fazendo parte de uma sociedade dita “tribal”, sendo o conceito trazido por Darcy Ribeiro relevante para a compreensão da etnia guarani contemporânea.

Ribeiro salienta que esses povos testemunhos seriam aqueles que constituem uma etnia com base em elementos histórico-culturais próprios da cultura autóctone, juntamente com características trazidas pelo colonizador, sem que a identificação do povo autóctone com a sua cultura e seu território original seja perdida. O autor afirma:

Em cada caso, os povos atingidos pelas distintas ondas de expansão e conquista se viram reduzidos, no plano sócio-econômico, a proletariados externos de seus dominadores; e no plano étnico-cultural experimentaram alterações mais ou menos profundas resultantes da conjunção conflitiva entre seu patrimônio de tradições culturais e o dos dominadores. O importante a assinalar é que as etnias e as nacionalidades surgem e se transfiguram dentro da corrente de expansão de povos impulsionados por processos civilizatórios.³

Defendo aqui, baseando-me na citação e no conceito trazido por Ribeiro sobre os povos testemunhos, que as etnias guarani atuais surgiram a partir de um determinado momento do processo colonizador europeu, quando a Coroa da Espanha e a Companhia de Jesus implantaram as reduções jesuíticas na região platina. Dentro dessa conjuntura, os indígenas que foram reduzidos acataram muitos hábitos trazidos pelos padres jesuítas, que os queriam catequizar, porém mantiveram seu modo de vida e muito da sua cultura original intocados. Essa mistura de comportamentos e o processo de desagregação dos hábitos originais, causados pelo processo de conquista que estava em andamento no território que viria a pertencer ao Brasil, ou mesmo nas áreas platinas de ocupação guarani, transfiguraram as etnias guarani pré-contato, que acabaram por se reconhecerem como um grupo étnico diferenciado: o guarani missioneiro.

Este guarani, entrando em contato com parcialidades dessa sociedade que se mantiveram fora do projeto missioneiro e sustentando seu modo de vida tradicional – *ñande-rekó* –, transmitiram novos hábitos a esses “índios brabos”, que com o processo de civilização e demarcação de fronteiras nacionais distintas surgem, identificando-se como um guarani verdadeiro, mantenedor de um *éthos* próprio.⁴ Já o missioneiro, praticamente, incorporou-se à sociedade envolvente, embora haja remanescentes em São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul.

É também interessante questionar o conceito de “tribo”, como nos é apresentado

pela sociedade ocidental.⁵ Alcida Ramos⁶ chama a atenção para essa questão, já que todo processo de conquista cria novos termos linguísticos e conceitos sociais entre o “nós” e os “outros”. Mesmo existindo entre as diferentes populações autóctones um estranhamento, quando deparados com grupos humanos totalmente diferentes dos já conhecidos, os elementos e termos linguísticos trazidos pelo estranho que veio dominar essas sociedades num só conjunto vão acabar sendo incorporados pelos grupos dominados, que passam daí, também, a se autodenominar por meio desses conceitos. Portanto, o uso do termo “tribo indígena”, na verdade, é algo que chegou junto com o europeu e que foi incorporado pelos grupos autóctones e pela sociedade que se criou a partir desses eventos.

Podemos, então, dizer que as etnias guaranis contemporâneas podem ser identificadas como etnias “recentes”, produto de uma série de interferências sociais, que, seguindo o conceito de controle cultural trazido por Bonfil Batalla,⁷ mantêm ativa uma cultura autônoma e a capacidade de se autodeterminar como unidade sociopolítica diferenciada da sociedade envolvente. Embora as características da etnia que a originou se mantenham ativas, mescladas a elementos provenientes da fricção interétnica que lhe deu origem, podem dessa forma exigir seu reconhecimento com esse passado como sendo parte de sua cultura própria.

De acordo com o autor citado, concordo que os elementos característicos de uma cultura produzida pelo contato interétnico transporta elementos culturais

tradicionais e alheios que serão mimetizados dentro da própria cultura que irá se configurar. Temos esse tipo de situação no processo colonial americano, enfatizando o processo missioneiro, que deixou um legado cultural considerável na memória identitária desse grupo étnico de que estamos tratando.⁸

Seria interessante aqui definir que a identidade étnica dos guaranis está intrinsecamente ligada às suas relações sociais e suas representações, em contrapartida com a sociedade externa, conforme nos salientam os estudos de Barth,⁹ e que a reclusão dessa etnia para dentro de si mesma aparece aqui como uma forma de preservar-se contra as pressões da sociedade ocidental (o “branco”), que é vista como inimigo e deturpador do modo de ser (*ñande-rekó*) guarani e de seu habitat (*mbyá-retã*). Por esses motivos, é perceptível que, quando há a aproximação, por motivos diversos, há todo um cuidado para que elementos vitais de sua cultura ou modo de vida não sejam revelados, mesmo sendo essa aproximação amistosa.

Também é relevante chamar a atenção para o fato de que estamos lidando com uma etnia indígena, de caráter tradicional, porém diferenciada do modelo amazônico ou xinguno, que são sempre tidos como exemplo clássico do indígena brasileiro. O guarani tem características próprias, adequadas ao território que ocupa tradicionalmente. Em razão dos contatos interétnicos que sofreu e vem sofrendo pela proximidade com as cidades e rede urbana, torna-se impossível para essa etnia abster-se do contato, direto ou indireto, com o “bran-

co”, já que convive dentro do mesmo ambiente, ao contrário da região Amazônica, que, embora venha sendo explorada, ainda conserva muito das características pré-coloniais, tornando possível àqueles grupos manterem-se distantes da civilização, pelo menos parcialmente.

Além disso, a própria característica guarani de migrar para novas áreas territoriais de seu interesse leva-os a aproximarem-se de áreas habitadas por outros grupos humanos, pois seguem sempre para a costa leste, com o objetivo de contornar o litoral brasileiro, região densamente povoada. A busca desse grupo de áreas florestadas para reproduzir o seu modo de vida remete-os a uma identificação com indígenas amazônicos, porém a diferença de comportamento étnico, baseadas em seu controle cultural, separa-os largamente dessas outras etnias tribais.

O que podemos ver neste caso é que houve uma forte tentativa de assimilação¹⁰ ao longo da história colonial, pela qual muitos indivíduos se enquadraram e hoje, embora fenotipicamente se pareçam com indígenas, não se identificam como tal. Porém, retornando à ideia de etnicidade como ato político, de resistência à dominação, pode-se perceber que, em alguns casos, os guaranis reclamam para si o reconhecimento pela sociedade envolvente do status de “nação indígena”, independentemente de uma integração com o Estado nacional.

Devemos entender aqui que, como etnia, essa sociedade mantém sua cultura própria através do tempo, sua organização social, política e econômica reconhecida e ativa dentro do grupo, mas não possui

uma efetiva participação na sociedade nacional, apontada por Laraia como sendo uma verdadeira integração,¹¹ mesmo porque é perceptível no contato com eles a sua desconfiança e receio com os “brancos”, sendo muitas vezes difícil a aproximação do pesquisador com certas lideranças internas. Da mesma forma, nos últimos tempos tem havido certa abertura e os guaranis têm buscado seus direitos na política indigenista nacional, embora para isso se valham muito do discurso construído sobre eles e de mediadores inseridos na questão indígena, como antropólogos, advogados, políticos, missionários, etc., mantendo muito do seu modo de ser resguardado ao conhecimento alheio.

Por fim, venho afirmar que, baseando-se nas teorias de etnicidade vigentes e aceitas para nossa sociedade, os guaranis são um grupo étnico diferenciado, que se reconhece como tal e vem reivindicando essa identidade a fim de afirmar-se dentro da sociedade nacional, a qual deverá respeitar suas especificidades, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento de seus territórios. Hoje há a necessidade de terem suas terras demarcadas legalmente, o que até anos atrás não se fazia necessário, já que para os guaranis a terra é um bem coletivo e não deveria ter um proprietário. Isso é visto como uma atitude dos brancos que “querem tudo para si, não respeitam o que o deus deu para os homens usarem”.¹²

Essa preocupação em buscar seus direitos institucionais no Estado brasileiro como grupo étnico só surgiu após o contato com uma sociedade complexa e industrial,

contemporânea, já que o próprio conceito de etnia é bastante recente e ainda muito discutido no âmbito acadêmico.¹³

A antiguidade da povoação guarani no território platino, anterior ao contato europeu, é documentada por várias pesquisas arqueológicas, que confirmam sua presença no Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai desde em torno de 2000/2500 AP.¹⁴

Com o evento da conquista, os portugueses começaram a adentrar no território meridional do Brasil ainda por volta do século XVI, e os espanhóis já vinham há muito tempo aproximando-se de povoações autóctones na região platina, implantando povoados em áreas de extração de minérios, onde encontraram várias parcialidades do grupo guarani ocupando um território descontínuo, que abrangia os leitos dos rios Paraná, Uruguai, Paraguai e Iguaçu, bem como de seus afluentes, chegando até o litoral. Era comum outros grupos indígenas conhecerem e falarem o guarani, já que este grupo costumava interagir junto a outras sociedades, formando redes de intercâmbio e contato.

Os guaranis fazem parte do grupo linguístico tupi-guarani, que, segundo consta, seriam um mesmo grupo social que se separou ainda no território onde hoje se situa o Mato Grosso, formando duas sociedades diferenciadas, que se dispersaram e ocuparam territórios distintos: os tupis indo em direção ao nordeste e os guaranis em direção ao sudoeste. A lógica das migrações e dispersões sociais persistiu, fazendo parte do modo de ser dessas populações.¹⁵

Na região Sudeste do Brasil, mais precisamente na área de São Paulo, colonos portugueses davam continuidade à expansão mercantilista iniciada com a guerra de conquista¹⁶ a partir de 1500; para isso fizeram alianças com indígenas, principalmente de língua tupi-guarani. Esses índios muito auxiliaram os colonizadores a apresar outros índios, que viriam a lhes servir de escravos, por meio de trocas comerciais e das guerras intestinas, já que era comum o prisioneiro de guerra ser devorado pelo grupo apreensor durante um importante ritual na aldeia.¹⁷

Os europeus, embasados nas teorias cristã-ocidentais e auxiliados pelos padres, acabavam negociando a vida desses prisioneiros com os chefes tupiniquins e tupinambás, principalmente, os quais lhes entregavam esses indivíduos, não sem alguma resistência, para servirem de escravos nas lavouras paulistas. Porém, essa prática foi ineficiente para a obtenção da mão de obra necessária aos portugueses, bem como outras táticas empregadas, levando a que esses homens buscassem na legislação colonial uma saída, que seria o emprego da “guerra justa”, a qual, então, dava direito a apreender como escravos os “gentios da terra” que se opusessem ao processo colonial. Essa tática deu margem para a criação das bandeiras, nas quais homens se lançaram sertão afora em busca de índios, de preferência tupi-guarani, para escravizar.

A apreensão desmedida e violenta dessas populações, bem como de índios de outras “nações”, causou um atrito sério entre colonos e os religiosos que defendiam a

não escravização dos índios, mas sua efetiva catequização. Ainda no século XVI se iniciaram os aldeamentos de indígenas no território de domínio português, sob proteção dos padres da Companhia de Jesus. Nesses aldeamentos eram misturados indivíduos de diferentes etnias, línguas e culturas, a fim de facilitar a “domesticação” do gentio da terra. Era um ato de violência tão grande quanto o apresamento pelas armas, no entanto parte integrante e decisiva no processo da guerra de conquista.

No território sob domínio espanhol havia o processo de encomiendas, pelo qual esses índios eram arregimentados, muitas vezes pela força dos colonos, outras vezes por acordos entre os chefes das aldeias e os governos provinciais, para que os indivíduos prestassem serviços nas empreitadas coloniais. Esses índios se submetiam ao regime colonial sob o prisma de aceitarem a “civilização”, principalmente sob a forma do cristianismo. Eles não perdiam a liberdade jurídica, mas a perdiam de fato, pois vendiam sua força de trabalho pela própria sobrevivência na nova realidade colonial que abarcava suas sociedades.

Muitos índios aceitaram as condições do governo provincial em razão do caos que se avizinhou de suas comunidades e no intuito de sobreviverem às transformações sociais, já que se achavam impedidos de resistir a ela. Ainda assim, nem todos os grupos indígenas se submeteram e resistiram por alguns séculos inclusive, muitos chegando ao século XX sem se subjugar ao dominador, escapando das ordens coloniais em razão do conhecimento da região que ocupavam tradicionalmente.

Neste estudo privilegiamos os aldeamentos da região espanhola, que abrangia o atual Rio Grande do Sul (Missão do Tape), implantados a partir do século XVII.

Os povos guaranis vinham sofrendo uma diminuição considerável em suas populações. No início do século XVI, em virtude da interferência do processo colonizador, muitos foram dizimados pelas doenças trazidas pelos europeus, pela apreensão de escravos realizada pelos bandeirantes, maus-tratos daqueles arregimentados pelos encomenderos espanhóis e as baixas nas guerras de resistência. As alianças iniciais entre muitos grupos e os conquistadores logo se mostraram nocivas à sobrevivência dessas sociedades, que viram rapidamente seus costumes e modo de vida sendo modificados pela interferência de elementos estranhos provenientes da ação colonialista que se assenhoreava de suas terras, de suas vidas, de seus costumes...

Os guaranis, desde a chegada do europeu, vinham sendo empurrados cada vez mais para zonas de difícil acesso e para dentro da mata, ainda não transformada em povoado colonial. Muitos saíam em busca da “terra sem males” (*Yvy marane’y*), arregimentados pelos pajés ou karaís (*Ñanderu’i*). Esses líderes espirituais viam no processo colonizador a realização das profecias de destruição do mundo, necessitando, então, orientar seu povo para a sua salvação nesse mundo místico. Esses karaís eram contrários à formação das reduções pelos padres jesuítas, mas, contrariando suas predições, muitos guaranis aceitaram a incorporação a esses povoados em razão da situação caótica em

que se encontravam, tendo o *Tekoá* (aldeia) desestruturado e ficando vulnerável às investidas dos bandeirantes.

As Missões estabeleceram-se nos limites entre Argentina, Brasil e Paraguai, estendendo-se por uma vasta área, que correspondia a boa parte da região platina, levando-se em conta que não se limitavam aos trinta povoados, mas abrangiam zonas de interação e atividades como a criação de gado nas vacarias e o comércio, onde a circulação desses povos aldeados por seu antigo território era uma constante.

De acordo com Arno Kern, em sua obra *Utopias e missões jesuíticas*,¹⁸ a analogia direta feita entre obras utópicas, reconhecidas e clássicas para o mundo moderno europeu, foge muito ao modelo implantado pelos jesuítas da Companhia de Jesus junto aos guaranis da região platina. No entanto, esse modelo missioneiro possui muitos elementos que reproduziram um modo ideal de vida, mesmo que teoricamente, no qual os preceitos da sociedade cristã-ocidental mesclavam-se com o modo de vida das sociedades guaranis e/ou guaranizadas. É interessante salientar que indivíduos de outras etnias nativas também foram incorporados nesse “modelo de sociedade” implantado na região platina, sob os auspícios da Coroa espanhola, que ali adquiriram hábitos distintos dos seus, bem como contribuíram com seus próprios hábitos na formação de um *éthos* “missioneiro”.

Essa sociedade idealizada pelos jesuítas e índios guaranis perpassou o imaginário de populações indígenas reduzidas, que tentavam arregimentar para as Missões

povos que se mantinham alheios a elas. Ainda assim, as reduções não estavam livres de novas investidas da “guerra de conquista”, além da própria catequização realizada pelos padres e da reordenação de todo seu aparato simbólico, bem como das estruturas sociais, políticas e econômicas, pois se apresentavam aos bandeirantes e aos encomenderos como uma mão de obra mais interessante do que os “índios brabos”.

Aos primeiros interessava a escravização propriamente dita, como nos demonstra John Monteiro em *Negros da terra*.¹⁹ Aos segundos interessava o trabalho especializado que esses índios produziam e que poderiam “vender” nas cidades espanholas, como pagamento do tributo à Coroa espanhola. Portanto, os missioneiros não conseguiam se isentar de prestar serviços aos encomenderos, como em obras públicas, ou como escravos nas lavouras paulistas. Desta parte, portanto, foram impedidos de retornar às suas regiões de origem, sendo de qualquer forma expostos a uma realidade aterradora de dominação. Por isso, acredito que a busca de um lugar místico foi reforçada, criando-se uma nova lógica para a “terra sem males”, já existente em sua cosmologia, na qual o homem “branco”, europeu, seria rechaçado e apareceria como um inimigo, um ser destruidor, como divulgado pelos karaís. Estes puderam se manter fora das reduções, provavelmente vivendo entre os “índios brabos”, conhecidos como monteses ou caaiguás.

As migrações de aldeias inteiras de guaranis são tradicionais em sua cultura,

seja em busca de novos territórios propícios para desenvolver seu modo de vida, conquistado muitas vezes pela guerra contra outras tribos, seja pela busca da “terra sem males”. Esta seria uma espécie de paraíso mítico, ocupada pelas divindades, onde os guaranis poderiam entrar, mesmo sem estar mortos, desde que mantivessem em sua vida diária critérios identificados como um modo de viver tipicamente guarani.²⁰

Essa terra ficaria no Oriente, do outro lado do oceano Atlântico; por isso, eles sempre migram para o leste. E seu caminho seria revelado ao karaí durante os sonhos e/ou as rezas, o qual daria as orientações à aldeia; então, as famílias, juntas ou em parcelas, o seguiriam, deixando para trás suas casas, suas roças, levando consigo apenas o necessário para a viagem. Segundo Hoyos, muitas vezes esse êxodo acabava em tragédia, sendo o grupo dizimado por outras tribos com as quais entrava em conflito, ou pelas próprias condições naturais da peregrinação, visto que enfrentavam mau tempo, doenças, fome, etc. Todavia, nunca perdiam a confiança no karaí, que os conduziria através do universo cosmológico do grupo.

Quando parte dessa etnia foi reduzida sob as ordens cristãs dos jesuítas, o karaí foi banido das práticas religiosas, levando a que esses indivíduos, que tinham poder e status dentro da ordem tribal, fugissem ao domínio europeu. Porém, como nem todos os guaranis foram aldeados, ficando muitas parcialidades deste grupo vivendo abrigadas no mato, sob modelo tribal e mantendo seu modo de vida tradicional, a

figura do karaí pôde manter-se e reforçar-se junto a esses grupos, que seriam os caaiguás, mantendo sua força espiritual.

De qualquer forma, além dos missioneiros e dos índios monteses, que viviam de forma tribal, havia muitos guaranis arregimentados pela administração provincial, que trabalhavam sob a forma de encomienda²¹ e viviam nos povoados, agregando-se ao modo de vida colonial, assim como aqueles que foram escravizados pelos portugueses e levados para o sudeste, sendo também incorporados à sociedade colonial. Interessa-nos observar quem eram esses guaranis que se mantiveram à parte do processo colonial direto. O que manteve o seu modo de vida tradicional e até que ponto conseguiram se isolar do contato com o elemento europeu, ou mesmo com os grupos guarani-missioneiros, que haviam sofrido um processo de transformação étnica, englobando à sua cultura tribal elementos do barroco europeu?

Os mbya-guaranis, e mesmo os ñandevas ou chiripás, não se reconhecem como descendentes diretos dos guaranis missioneiros, já que não detêm certos hábitos e práticas adquiridas pelos guaranis reduzidos, como as artes mecânicas e domésticas e a pecuária. Todavia, Katya Vietta²² observou entre os mbyá-guaranis do Rio Grande do Sul muitos elementos referentes ao modelo missioneiro, como o uso do violão na música mbyá e, principalmente, em seu mundo místico os elementos que se referem ao passado mitológico, onde o jesuíta surge como um elemento totêmico, ou seja, os mbyá-guaranis se reconhecem como descendentes dos Kechuítas, tendo es-

tes marcado as terras dos guaranis (*Mbyá-retã*), que compreende todo o território missioneiro da região Sul, onde deve haver áreas de floresta para o guarani viver conforme as suas leis e costumes. Em minhas pesquisas de campo esses elementos também surgiram, tendo-me sido relatado o fato de eles terem como objeto mitológico criador a panela de ferro, na primeira criação do mundo pelos Kechuítas; só depois a cerâmica foi aprendida e utilizada pelos guaranis.

Aqui cabe ressaltar que “terra tradicional guarani” significa áreas florestadas, com características apropriadas para o desenvolvimento do modo de vida guarani, não importando muito sua localização geográfica ou política, pois os guaranis não veem a terra como um bem particular, mas coletivo; ninguém deve ser dono da terra, a qual deve ser usufruída por todos e preservada para sustentar os homens e suas sociedades. Então, nessa lógica, os guaranis buscam as terras que melhor lhes parece para se sustentarem, com suas roças, caça, pesca e coleta. Por isso não é incomum encontrar guaranis ocupando hoje áreas que, segundo a história, seriam de outras etnias.

Há de se ter em mente, no entanto, que esses índios livres, ou os reduzidos, bem como os englobados pelo processo colonizador, e os próprios europeus e mestiços, viviam em uma região de fronteiras fluidas, dentro de um processo dinâmico de interação e fricção interétnica.²³ Com o processo de expansão das cidades, os índios caaiguás ou monteses foram se retirando e ocupando as áreas de mata do território

paraguaio, sendo então encontrados no século XIX nessas regiões menos povoadas, distribuindo-se entre o Paraguai Oriental e a província de Misiones, no norte da Argentina. Esta região ficou sendo conhecida como terra dos mbyás, e os próprios guaranis a identificam como território, juntamente com outras áreas que consideram *Mbyá-retã*.

As migrações dos mbyás do Paraguai para o norte da Argentina começaram ainda no século XIX, logo após a Guerra do Paraguai, quando o governo paraguaio implantou um projeto de ocupação latifundiária nas terras ocupadas pelos guaranis, empurrando-os, mais uma vez, para áreas distantes do convívio com o “branco”. Na segunda metade do século XX intensificou-se a ocupação de territórios no Paraguai por empresas agropecuárias, bem como a colonização de regiões fronteiriças entre Brasil e Paraguai, onde a população rural buscava trabalho nas fazendas e/ou ocupava terras para sua subsistência, derrubando matas para a lavoura.

Essas migrações se deram dentro da lógica do sistema guarani, encaminhando-se estes por seus territórios tradicionais, em conformidade com o caminho da “terra sem males”. O caos instaurado desde o contato com o europeu criou a ideia de destruição desse mundo terreno, onde somente os guaranis verdadeiros, que vivam dentro das leis e costumes tradicionais, seriam salvos e poderiam viver junto aos seus antepassados e às divindades. Havia a predição de que no ano 2000 a terra se queimaria por inteiro e todos iriam morrer; somente os guaranis se salvariam,

mas para isso teriam de chegar mais perto da *Yvy marane’y*, a fim de se salvarem da destruição. Essa história é contada por quase todos os guaranis quando falam na sua vinda para o Brasil, já que aqui se encontram partes da *Mbyá retã*, sendo alguns locais vistos como passagem obrigatória para se chegar à entrada da “terra sem males”.

A região missioneira, que hoje faz parte do atual Rio Grande do Sul, não costuma fazer parte da historiografia brasileira mais tradicional, já que esse território fazia parte da Espanha e só foi incorporado ao Brasil a partir da metade do século XVIII,²⁴ após a assinatura do Tratado de Madri. E, como esses historiadores do início do século XX até meados de 1930-40 estavam comprometidos com um ideal nacionalista, buscando convencer o povo brasileiro da ideia das três raças, de uma miscigenação geral e harmônica, foram privilegiados os elementos formadores do tipo brasileiro que embasassem essas ideias, em detrimento de uma historiografia que contemplasse a diversidade e a resistência indígena.²⁵

É sintomática a significação medíocre dada ao índio por essa historiografia. Primeiro, porque generaliza o elemento indígena, observando, no entanto, apenas aspectos da cultura guarani presentes na formação do “gaúcho”, como se outras etnias inexistissem. Um bom exemplo dessa abordagem historiográfica são os escritos de Moyses Vellinho, que dizia ser o índio:

[...] o material humano ali experimentado, do mais baixo teor, era quase inaproveitável, senão inaproveitável de todo como fator de civilização. Disso os próprios jesuítas se convenciavam, embora tantas vezes fossem levados a dizer o contrário em documentos que se destinavam a publicidade. Dificilmente se poderia, com efeito, construir qualquer coisa de estável e duradouro sobre o casco indígena, pobre gente que talvez nem se pudesse considerar como padrão de raça primitiva mas já em estado de franca regressão. Sabe-se que sua inteligência, sob a educação dos padres, evoluía satisfatoriamente até os doze anos. Aí parava ou entrava em processo de involução.²⁶

Daí se percebe o alto grau de preconceito que essa historiografia carrega em relação ao indígena, bem como coloca essas etnias num grau de extinção, já que os apresenta absorvido, miscigenado, completamente destituído de uma cultura e identidade próprias. Essas afirmações vão de encontro à ideologia política em voga nas décadas de 1930-40, calcadas no nacionalismo, na formação por excelência do Estado-nação brasileiro, quando o Rio Grande do Sul queria se afirmar dentro dessa lógica como parte integrante desse Brasil nacional, patriótico. Deveriam, então, ser eliminadas quaisquer manifestações de “estrangeirismos”, identidades que não fossem “tipicamente” brasileiras, ou gaúchas. Não se poderiam ter outras nações convivendo dentro desta nação.

O período compreendido entre o Estado Novo e a ditadura militar foi marcado por esse nacionalismo e toda a política indigenista aplicada no Brasil durante esta época tinha por objetivo maior “integrar” os índios à comunidade nacional o mais

rápido possível, a fim de que não interrompessem o “progresso”.

No Rio Grande do Sul, os caingangues enfrentavam a deculturação e o estado de miséria, geralmente alienados nos postos indígenas, administrados pela Funai. Nessa época se organizavam e lutavam para reaver suas terras, ocupadas por colonos pobres, que, dentro do sistema de arrendamento realizado por ordem da própria Funai, foram alocados em terras indígenas e agora se viam ameaçados de expulsão pelos índios, que queriam sua terra de volta para poderem sobreviver, pois foram sendo cada vez mais empurrados para a margem de um sistema que os matava física e culturalmente.

Os mbyá-guaranis, retornando a este território desde meados da década de 1930 ou 40,²⁷ em pequenas levas, preferiam ficar à margem da política nacional, pois não queriam contato com os “brancos”, muito menos com órgãos governamentais que os queriam subjugar. Por outro lado, a própria nação brasileira se negava a enxergá-los, preferindo deixá-los à margem, sendo vistos como “índios estrangeiros”. Acabavam ficando alocados nos postos indígenas, junto aos caingangues e funcionários da Funai, em geral vivendo nas fronteiras desses postos, sem participar muito da política implantada, já que pretendiam ocupar esses lugares apenas por tempo limitado, indo embora logo, como me foi relatado por vários membros da comunidade guarani de Cantagalo que moraram em postos indígenas. Outros ficavam alijados às beiras de estradas, sem qualquer assistência governamental, enquanto o órgão responsável

pela proteção dos índios no Brasil trabalhava arduamente para a política desenvolvimentista do Ministério do Interior.

Assim, os guaranis se “integravam” à nação brasileira de forma tortuosa e inviável e hoje reivindicam espaço dentro das políticas públicas nacionais para contar sua história e reaver seus direitos como homens da terra, gente da América.

The Guarani and the interethnics contact: cultural – historic context

Abstract

During the process of the conquering war, occurred in the territory of the Rio Grande do Sul, as in the Brasil, distinct cultures came in direct contact: the native peoples of the region and the europeans that came to take the territory for the colonization. This contact created transformations in the cultures structures of both parts. But the european came as dominant element, the promoter of the conquering war, he imposed his culture and identity as superior, above the cultures and representations of the locals, and those are marginalized and segregated by colonizer. The indians no surrendered in conquest and domination process, keeping in the possible their cultural and identitary control, arriving at the our days recognize and behaving in their own culturals and ethnics standards.

Key words: Ethnicity. Guarani indians. platinum region.

Notas

- ¹ CUNHA, Manoela Carneiro da. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ² “Os povos testemunho, integrados pelos representantes modernos de antigas civilizações como a chinesa, a muçulmana, ou a azteca e a incaica com as quais a Europa se chocou em sua expansão”. RIBEIRO, Darcy. Os povos testemunho. In: *Os brasileiros*; 1. Teoria do Brasil: estudos de antropologia da civilização. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 58.
- ³ RIBEIRO, Darcy. Os povos testemunho. In: *Os brasileiros*; 1. Teoria do Brasil: estudos de antropologia da civilização. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 2000.
- ⁴ “Apesar disto, permanecem índios, porque sua aculturação não desembocou numa assimilação, mas no estabelecimento de um *modus vivendi* ou de uma forma de acomodação. Isto significa que a *gradient* da transfiguração étnica vai do índio – tribal ao do índio – genérico e não do indígena ao brasileiro. Significa, também, que as entidades étnicas são muito mais resistentes do que se supõe geralmente, porque só exigem condições mínimas para perpetuar-se, e porque sobrevivem à total transformação do seu patrimônio cultural e racial. Significa, ainda, que a língua, os costumes, as crenças, são atributos externos a etnia, suscetíveis de profundas alterações, sem que esta sofra colapso ou mutilação. Significa, por fim, que as etnias são categorias relacionais entre agrupamentos humanos, compostos antes de representações recíprocas e de lealdades morais do que de especificidades culturais e raciais.” RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 446.
- ⁵ “Segundo Morton Fried, tribos são entidades criadas pela situação de colonialismo ou de outro tipo de dominação vinda de fora. Resultam do rearranjo das unidades e relações sócio - políticas subseqüentes à conquista, quer militar, quer política, ou econômica.” RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades indígenas*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- ⁶ RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades indígenas*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- ⁷ “Por control cultural entiendo el sistema según el cual se ejerce la capacidad social de decisión sobre los elementos culturales.” BONFIL BATTALLA, Guillermo. La teoría del control cultural en el estudio de procesos étnicos. In: *Anuário Antropológico 86*. Brasília: UnB, 1986. p. 19.

- ⁸ “Al hablar del patrimonio cultural heredado estamos haciendo referencia necesaria, aunque implícita, a un hecho fundamental para la conceptualización del grupo étnico: su condición de resultado y expresión de un proceso histórico. Con esto quiero decir que las características que presenta el grupo en un tiempo dado [...] deben entenderse siempre como la situación en un momento histórico dentro de un proceso de larga duración.” BONFIL BATALLA, Guillermo. La teoría del control cultural en el estudio de procesos étnicos. In: *Anuário Antropológico* 86. Brasília: UnB, 1986. p. 27.
- ⁹ BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998.
- ¹⁰ Entende-se aqui por assimilação uma total incorporação do grupo tribal à sociedade nacional, com a adoção de grande parte dos costumes e práticas tecnológicas desta, com a perda quase total de sua peculiaridade cultural e principalmente de sua identidade étnica, conforme LARAIA. LARAIA, Roque de B. Integração e utopia. *Revista de Cultura Vozes*, ano 70, v. LXX, n. 3, abr. 1976. p. 173.
- ¹¹ “Integração, como uma efetiva participação do grupo tribal na sociedade nacional, com a adoção de diversos costumes e práticas tecnológicas, mas sem perder os aspectos que consideram importantes de sua cultura e, principalmente, sem perder a sua identidade étnica”. LARAIA, Roque de B. Integração e utopia. *Revista de Cultura Vozes*, ano 70, v. LXX, n. 3, abr. 1976. p. 173.
- ¹² Palavras do cacique Juarez, da aldeia da Estiva, em Viamão (2003).
- ¹³ POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias de etnicidade*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.
- ¹⁴ AP significa “antes do presente”, relativo a 1950, quando se iniciam as datações por Carbono 14.
- ¹⁵ “De este modo, llegaban por el este hasta la costa atlántica y por el sur hasta las islas del Delta del Paraná y la isla Martin Garcia. Hacia el oeste, un grupo se habia desprendido para instalarse en el Chaco occidental en contacto con los pueblos andinos, eran los Avá ou Chiriguanos.” HOYOS, Maria de. *Guaranies*. Buenos Aires: A, Z Editora, 1998. p. 4.
- ¹⁶ “É a presença do outro, como categoria e realidade – habitante dos espaços a serem assenhoreados por um movimento de expansão de um eu/nós – o elemento lógico a detonar um universo de possibilidades relacionais, nos planos social e simbólico, melhor caracterizável por uma modalidade de guerra, e como fundamento de certas formas de poder que a sucedem, passível de ser elaborado e intitulado de conquista.” SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. A conquista como modalidade de guerra. In: *Um grande cerco de paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 46.
- ¹⁷ AZANHA, Gilberto; VALADÃO, Virginia M. *Senhores destas terras: os povos indígenas no Brasil – da colônia aos nossos dias*. São Paulo: Atual, 1991; MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999; HOYOS, Maria de. *Guaranies*. Buenos Aires: A, Z Editora, 1998.
- ¹⁸ KERN, Arno Alvarez. *Utopias e missões jesuíticas*. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1994.
- ¹⁹ MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ²⁰ Kátia Vietta, em sua dissertação de mestrado, nos descreve o *Yrovaiguá* (terra sem males) como sendo “o mundo usufruído pelas divindades e pelos antepassados. Não existe nenhuma possibilidade de acesso a qualquer outro indivíduo que não pertença ao universo social ou sobrenatural Mbya. Nele existe uma grande aldeia, inserida em uma imensa área de mata, onde é possível vivenciar, na plenitude, o sistema de Guaraní, sem as limitações enfrentadas no *Mbya reta*”. VIETTA, Katya. *Mbyá: guarani de verdade*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - UFRGS, Porto Alegre, 1992. p. 129.
- ²¹ “Índio encomendado era o índio entregue ao espanhol para fins de conversão e catequese. Originada na Espanha medieval e no repartimento das populações mouras entre os conquistadores espanhóis, na colonização americana a encomienda se desenvolveu como uma relação de proteção e de dependência entre grupos de índios e um patrono, ou colonizador, que tinha a obrigação de doutrina-lo, em troca da utilização de seu trabalho. Na realidade a encomienda constitui uma instituição capital no desenvolvimento da colonização de mão-de-obra indígena em proveito do europeu e acobertando a escravidão indígena, pois deixava a salvo a liberdade jurídica do índio, resguardando a suprema soberania da Coroa Espanhola sobre novos súditos.” DE ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz. *Relatório sobre a situação dos Guaraní – Mbyá do Rio Grande do Sul: a questão de terras*. Rio

de Janeiro: Fundação Nacional do Índio, datilografado, 1985, p. 27.

²² VIETTA, Katya. *Mbyá: guarani de verdade*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFRGS, Porto Alegre, 1992.

²³ Segundo documentação levantada por Meliá e Grumberg para o século XVIII, afirma-se que em 1777 o capitão de fragata dom Juan Francisco Aguirre teria travado contato com diversos grupos de índios monteses, afirmando que “[...] salem por parcialidades a tratar y aún asalararse com los españoles de los beneficios de la hierba, particularmente por hachas, machetes, cuchillos. Venden frutos de chacareo como batatas, mandioca y maíz y trabajan em la faena de barcos, o ranchos”. MELIÁ, Bartolomeu; GRUMBERG, George; GRUMBERG, Friedl. *Los Paí – Tavyterã – etnografia guarani del Paraguay contemporáneo*. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos, 1976, p. 175.

²⁴ Isso na visão historiográfica, pois, em realidade, na memória das pessoas até meados do século XX esse território era uma fronteira sem uma definição muito nítida; apenas com o Estado Novo se teris uma proposta nacionalista que englobarís de vez o Rio Grande do Sul na história brasileira.

²⁵ GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2. Ed. 1998.

²⁶ VELLINHO, Moyses, 1964, apud OLIVEN, Ruben George. Um Brasil excêntrico: sobre índios, portugueses, negros, alemães e italianos no Rio Grande do Sul. In: *Etnia e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

²⁷ Ainda havia guaranis vivendo no Rio Grande do Sul, pois os chiripás nunca deixaram esse território totalmente, tanto que alguns mbyás que retornam vêm viver junto de grupos chiripás que estavam aqui e que são tidos por “parentes”, embora tenham diferenças étnicas definidas. E há referências de grupos mbyás que migraram para o Rio Grande do Sul em 1900, assim como há uma referência aos mbyás que tinham uma terra demarcada pelo SPI – Toldo Santo Cristo –, na região missioneira de Santa Rosa, em 1911.

Fontes

BARÃO, Vanderlise; MARTINS, Patrícia. Relatório etnográfico das aldeias do Capivari e Águas Claras. Antropologia I, UFRGS, Porto Alegre, 1997. Mimeografado.

BRASIL. Lei nº 6001 de 19 de dezembro de 1973: Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Título VII Art. 65. Diário Oficial da União, 21 dez. 1973.

CATAFESTO DE SOUZA, José Otavio; ASSIS, Valeria S. de. Relatório antropológico circunstanciado sobre as áreas contíguas à Coxilha da Cruz, à Água Grande e ao rio Inhacapedum - RS. Porto Alegre: NIT/UFRGS, 2000.

CIMI. Informe 407 (Conferência indígena discute demarcação de terras). Santa Cruz da Cabralia - BA, 2000.

CONFERÊNCIA DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL. Documento final. Coroa Vermelha - BA, 21 abr. 2000.

DE ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz. *Relatório sobre a situação dos guarani – mbyás do Rio Grande do Sul: a questão de terras*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional do índio, datilografado, 1985, p. 27.

DOCUMENTO DO POVO GUARANI. Masiambu - SC, 1999.

Entrevista com o professor Mbyá-Guarany Marcos, realizada na Reserva do Cantagalo, em Viamão, no dia 20 de julho de 2002.

Informação nº 004/DEID/DAF, Proposta de Demarcação de Terras Indígenas Guarani (Mbyá), Ref: OF/PRDC/PR/RS/Nº 0570/97 e MEMO Nº 143/GAB/ARPF/RS/97.

OS GUARANI exigem direitos. *Diário Catarinense*, 7 nov. 1999, p. 34.

RELATÓRIO AZUL 1998/99. Povos Indígenas, p. 117-132.

TEMBYK – YRAGUÁ. *Jornal do Projeto Mbyá Guarani*, n. 1, Porto Alegre, jun. 1995.

Bibliografia

ALBÓ, Xavier. Imágenes y auto-imágenes em el movimiento étnico boliviano. In: *Horizontes antropológicos: sociedades indígenas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, ano 3, n. 6, 1997.

AZANHA, Gilberto; VALADÃO, Virginia M. *Senhores destas terras: os povos indígenas no Brasil – da colônia aos nossos dias*. São Paulo: Atual, 1991.

BONFIL BATALLA, Guillermo. La teoria del control cultural en el estudio de procesos étnicos. *Anuário Antropológico* 86, Brasília: UnB, 1986.

CUNHA, Manoela Carneiro da. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

EWORORO, Txibae. A voz dos que não tinham voz. *Revista de Cultura Vozes*, ano 70, v. LXX, n. 3, abr. 1976.

FAUSTO, Carlos. *Os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000 (Série Descobrendo o Brasil).

GOMES, Mércio Pereira. Conflitos, impactos e problemas enfrentados pelas sociedades indígenas do Brasil. In: *Os índios e o Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1991.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

HOYOS, Maria de. *Guaranies*. Buenos Aires: A, Z Editora, 1998. (Série Gente americana).

IASI, Antônio. Integração ou extinção? *Revista de Cultura Vozes*, ano 70, v. LXX, n. 3, abr. 1976.

JECUPÉ, Kaká Werá. *A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio*. São Paulo: Fundação Peirópolis, 1998.

KERN, Arno Alvarez. *Utopias e Missões Jesuíticas*. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1994. (Síntese Universitária, 40).

LARAIA, Roque de B. Integração e utopia. *Revista de Cultura Vozes*, ano 70, v. LXX, n. 3, abr. 1976.

MELIÁ, Bartolomeu; GRUMBERG, George; GRUMBERG, Friedl. *Los Paí – Tavyterã – etnografía guarani del Paraguay contemporáneo*. Asunción: Centro de Estudos Antropológicos, 1976.

MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

NEUMANN, Eduardo. A participação guarani missioneira na vida colonial rio-platense. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: Edipucrs, v. XXI, n. 1, 1995.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Introdução: a noção de fricção interétnica. In: *O índio e o mundo dos brancos*. Brasília: Editora da UnB, 1981.

OLIVEN, Ruben George. Um Brasil excêntrico: sobre índios, portugueses, negros, alemães e italianos no Rio Grande do Sul. In: *Etnia e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias de etnicidade*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades indígenas*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989 (Série Princípios).

RIBEIRO, Darcy. Os povos testemunho. In: *Os brasileiros*; 1. Teoria do Brasil: estudos de antropologia da civilização. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural*. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. *Educação e sociedades tribais*. Porto Alegre: Movimento/UFSC, 1975.
- _____. *Os povos indígenas e a Constituinte*. Florianópolis: Ed. da UFSC/ Movimento, 1989.
- SCHWADE, Egydio. Visão panorâmica da situação indígena no Brasil. *Revista de Cultura Vozes*, ano 70, v. LXX, n. 3, abr. 1976.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. A conquista como modalidade de guerra. In: *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SOUZA, José Otávio C. de. A visibilidade insólita dos mbyá-guarani. In: *Aos "fantasmas das brechas": etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no sul do Brasil (Rio Grande do Sul)*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Porto Alegre, 1998.
- TORRES, Luiz Henrique. A formação histórica do Rio Grande do Sul. O indígena no discurso luso-brasileiro. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: Edipucrs, v. XX, n. 1, 1994.
- VIETTA, Katya. *Mbyá: Guaraní de verdade*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - UFRGS, Porto Alegre, 1992.
- VILLAS BOAS, Cláudio e Orlando. *Xingu: os índios seus mitos*. São Paulo: Edibolso, 1975.
- WAGNER, Carlos; ANDREATTA, Humberto; PEREIRA, André. *A guerra dos bugres: a saga da nação Caingangue no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tchê, 1986 (Série Grandes Reportagens).